

Plano de austeridade pode tirar 13 milhões à Madeira

TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO VÃO LEVAR UM CORTE DE 5 A 6,5 POR CENTO

MIGUEL FERNANDES LUÍS
mfluis@dnoticias.pt

Cerca de 13 milhões de euros é o montante que a Região Autónoma da Madeira pode perder em transferências do Orçamento de Estado no próximo ano, no âmbito do plano de austeridade apresentado há uma semana pelo Governo da República.

Os valores exactos dos cortes ainda não são conhecidos, visto que o primeiro-ministro e o ministro das Finanças apenas anunciaram as linhas gerais de um plano que visa reduzir o défice do Estado. Entre as medidas de correcção das contas públicas surge a redução de 170 milhões de euros nas transferências para as regiões autónomas e autarquias no próximo ano. Ora, sendo que a Madeira tem ficado com 7,3 a 7,7 por cento do bolo financeiro que o Orçamento de Estado reserva ao conjunto daquelas entidades, verifica-se que, a ser utilizada uma regra de proporcionalidade, o sacrifício a pedir à Madeira rondará os 13 milhões de euros. A confirmar-se este montante, significaria uma redução de 5 a 6,5 por cento do 'envelope' financeiro que Lisboa envia anualmente para a nossa Região Autónoma.

Para que se tenha uma ideia do montante em causa, tal representa o equivalente a uma obra de média dimensão, como a reconstrução da Escola Horácio Bento de Gouveia ou a construção do parque industrial do Estreito de Câmara de Lobos.

COMO VAI SER A ADAPTAÇÃO DO PLANO DE AUSTERIDADE À MADEIRA

O que acha que o Governo Regional vai fazer?

Que alterações acha que o Governo Regional devia fazer?



Jaime Filipe Ramos (PSD)

É extemporâneo e precipitado falar na aplicação ou não de medidas que ainda nem foram debatidas e aprovadas na Assembleia da República. O líder nacional do PSD já tem dito que não vai aceitar que estas medidas entrem em vigor.

O Governo Regional e o PSD só devem tomar uma posição quando as medidas de austeridade forem concretizadas. O PSD vai tentar a nível nacional travar o aumento da carga fiscal. As leis gerais da República lamentavelmente têm de ser aplicadas na Madeira e matérias como a Administração Pública e a política fiscal são da reserva absoluta da Assembleia da República, o que nos impossibilita de qualquer adaptação.



Jacinto Serrão (PS)

Devido à acção política do PS e de outras forças políticas, que fizeram compreender à opinião pública que é possível fazer diferente daquilo que está a ser feito no continente, o Governo já começou a mudar um pouco o discurso. Inicialmente dizia que nada podia fazer, mas agora já diz que vai ver o que pode adaptar.

Salários dos funcionários públicos não seriam reduzidos, pois a Madeira não está obrigada pela Constituição e pelo seu Estatuto a seguir as orientações nacionais nesta matéria. Reforço do complemento de apoio às famílias carenciadas e criação de um complemento de apoio às famílias carenciadas e criação de um complemento solidário para idosos com a receita resultante do aumento do IVA. Suspensão de obras não prioritárias.



José Manuel Rodrigues (CDS/PP)

O Governo Regional vai aproveitar a boleia do Governo socialista para arrecadar mais receita, designadamente através da redução dos salários da Função Pública. O Governo Regional usou sempre esta técnica: critica mas depois aplica as medidas, culpabilizando o Governo da República pelas consequências.

O Governo Regional não está obrigado a proceder à redução de salários dos funcionários públicos. Em termos de IRS e IRC há uma margem grande para alterar as taxas e dessa forma atenuar a redução das deduções fiscais.



Edgar Silva (PCP)

Em relação aos anteriores PEC, o Governo Regional mais não fez do que aplicar na íntegra tudo o que foi apresentado por José Sócrates. Tememos que este novo PEC seja transposto também com todas as medidas.

Em vez de cortes salariais, redefinir critérios na aplicação dos dinheiros públicos, corrigindo a sua utilização abusiva, como acontece nos casos do Jornal da Madeira, de um conjunto de instituições e serviços subsidiodependentes, o futebol profissional. Proceder a cortes radicais nas viagens fastuosas, compra de viaturas topo de gama e serviços de pareceres e consultores.

ANAM reforça negócio de 'rent-a-car'

O Aeroporto da Madeira conta desde o início deste mês com mais um operador de aluguer de veículos automóveis, anunciou ontem a ANAM, empresa concessionária da estrutura aeroportuária, que confirma a nossa notícia que apontava a entrada da Guérin naquele espaço. Agora operam no Aeroporto da Madeira sete operadores, no início deste mês. A Guérin ocupa agora a nova posição após concurso público lan-

çado pela ANAM.

A abertura de mais uma posição justifica-se, segundo os responsáveis da ANAM, pelo aumento do volume de negócios das empresas de 'rent-a-car' anteriormente licenciadas – Sixt, Avis, Auto Jardim, Rodavante, Europcar e Hertz – nos últimos anos o que, “demonstra de forma clara o aumento da procura deste serviço por parte dos passageiros do Aeroporto da Madeira”, referem. De no-

tar também o interesse das empresas referenciadas na manutenção da sua presença no aeroporto o que permitiu o estabelecimento de acordos de prorrogação das anteriores licenças de ocupação por mais um período de cinco anos.

Ainda no âmbito do negócio rent a car explicam os responsáveis da ANAM que “têm sido efectuados investimentos nos espaços concedidos e de serviço ao público tanto na

aerogare como nos parques de estacionamento como forma de garantirmos cada vez mais um melhor serviço aos nossos passageiros”.

O volume total de negócios gerado no Aeroporto da Madeira pelas seis empresas 'rent-a-car' licenciadas em 2009 foi de quase 12 milhões de euros o que representa 46% do volume de vendas totais do sector não aviação (o que inclui lojas, restaurantes, bancos e rent-a-car).



O presidente da Galp Energia, Manuel Ferreira de Oliveira rejeitou ontem a ideia de que o sector petrolífero seja tendencialmente monopolista, considerando, ao contrário, que é um dos sectores onde se verifica mais concorrência.